

## SAJULBRA EM AÇÃO: A PRÁTICA JURÍDICA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

Leandro Silva<sup>1</sup>

Profa. Patricia Helena da Silveira Hiller<sup>2</sup>  
([patricia.hiller@ulbra.br](mailto:patricia.hiller@ulbra.br))

Universidade Luterana do Brasil - ULBRA)

### INTRODUÇÃO

O SAJULBRA – Serviço de Assistência Jurídica da ULBRA é uma disciplina de estágio do curso de direito, que tem como objetivo proporcionar aos acadêmicos, a vivência efetiva da prática jurídica civil, aliando formação acadêmica, responsabilidade social e compromisso com a justiça.

### OBJETIVOS

- Promover o acesso à justiça à população da cidade de Canoas.
- Oferecer Atendimento jurídico gratuito à comunidade em demandas cíveis.
- Proporcionar aos estudantes do curso de direito, a experiência prática profissional, com atuação em casos reais.
- Desenvolver competências éticas, técnicas e humanísticas nos futuros operadores do direito.
- Fortalecer o vínculo entre Universidade e a comunidade de Canoas, possibilitando a conscientização sobre os direitos e deveres do cidadão.

### METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa pelo método quantitativo, através de dados obtidos com o número de atendimentos que foram realizadas no semestre entre os meses de fevereiro a outubro de 2025 no SAJULBRA.

### RESULTADOS

- 249 atendimentos realizados no SAJULBRA para comunidade de Canoas
- 22 processos cíveis acompanhados pelos estagiários desde o atendimento de orientação até a distribuição da ação.
- 16 audiências no formato presencial e virtual com rede de apoio ao assistido que não teve condições tecnológicas para acessar o sistema do judiciário.
- Diversas orientações jurídicas extrajudiciais, promovendo soluções consensuais.

### CONCLUSÃO

O SAJULBRA mostra que o direito vai muito além dos livros: ele é uma ferramenta de transformação social e reafirma o compromisso da ULBRA com a formação de profissionais éticos e socialmente responsáveis. Por meio da prática jurídica supervisionada, o estudante vivencia o verdadeiro sentido do direito: servir à comunidade e promover a justiça social.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. *Código de Processo Civil e normas correlatas* (2015). 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2015.  
MONIZO, Silvia Leixo. *Direito à assistência Jurídica Gratuita e Integral: Acesso a Justiça Democrática e Emancipatória*, Editora Dialética. 2023.  
BRASIL, Constituição Federal (1988), Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal

<sup>1</sup> Colaborador Administrativo, Bacharel em direito; Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, leandros@rede.ulbra.br

<sup>2</sup> Professor orientador/coordenador do SAJULBRA; Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, patricia.hiller@ulbra.br

Área do conhecimento: Direito Cível.

